

INTERNACIONALIZANDO O PROTAGONISMO JUVENIL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA BAHIA A PARTIR DA LEI 10.639/2003

Sandra Lúcia Pita de Oliveira Pereira - EMITec/SEC/BA/UNEB

Graça Regina Armond Matias Ferreira - EMITec/SEC/BA/UEFS

<sandra.pereira@enova.educacao.ba.gov.br>, <graca.ferreira@enova.educacao.ba.gov.br>

Resumo. A Educação Antirracista permitiu a introdução nas aulas de Iniciação Científica, de questões étnico-raciais e a compreensão crítica dessas relações. O objetivo dessa pesquisa é encorajar o protagonismo juvenil através de propostas que envolvam estímulos ao conhecimento científico aplicado às situações reais dos educandos. A pesquisa-formação foi a metodologia adotada e os dados foram analisados a partir de questionários e narrativas dos educandos. Os resultados demonstraram que esses espaços são cruciais para discussão sobre desigualdades sociais, raciais e históricas e, o letramento científico constitui um instrumento essencial para o estímulo ao conhecimento científico.

Palavras-chave: Educação antirracista; letramento científico; pesquisa-formação; protagonismo juvenil.

Abstract. Anti-racist Education allowed the introduction of ethnic-racial issues into Scientific Initiation classes and a critical understanding of these relationships. The objective of this research is to encourage youth protagonism through proposals that involve stimulating scientific knowledge applied to students' real situations. Research-training was the methodology adopted and data was analyzed based on questionnaires and narratives from students. The results demonstrated that these spaces are crucial for discussing social, racial and historical inequalities and that scientific literacy constitutes an essential instrument for stimulating scientific knowledge.

Keywords: Anti-racist education; scientific literacy; research-training; youth protagonism.

1 Introdução

Nas instituições de Ensino básico do estado da Bahia, a Educação Antirracista é trabalhada em atividades pedagógicas como temática nas aulas com Intermediação Tecnológica, voltadas inteiramente ao cotidiano dos estudantes e de forma interdisciplinar.

A educação antirracista na Educação Básica, está respaldada na Lei 10.639, de 2003, do documento que organiza a educação básica no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Os conteúdos trabalhados na escola deve incluir, segundo a Lei 10.639, “luta dos negros no Brasil, a cultura negra e formação da sociedade nacional resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil”.

Para Moraes (2021), o racismo é descrito como uma construção humana,

A humanidade construiu, ao longo de sua história, muitas condutas e ideias equivocadas. O racismo é uma delas e a sua criação está ligada ao interesse de um determinado grupo humano em dominar, explorar e excluir outro grupo. Para exercer tal poder, não bastava a força das armas; então, se elaborou uma justificativa para essa opressão. A ideia básica seria convencer os alvos do racismo e os demais de que as pessoas a serem dominadas seriam inferiores, ou perigosas, ou mesmo indignas de qualquer direito. E, por isso, caberia e seria justo inferiorizá-las, oprimi-las e, até mesmo, exterminá-las.

A estreita relação entre o protagonismo juvenil e a educação antirracista está se tornando cada vez mais importante e essencial nos dias atuais, exigindo um olhar atento dos educadores. É igualmente relevante recordar a rica história e cultura da população afrodescendente na Bahia, que por muito tempo foi marginalizada e sub-representada.

2 Desenvolvimento

A promoção de uma maior equidade e representatividade em todos os âmbitos da sociedade, especialmente nas instituições de ensino e nas comunidades onde essas pessoas vivem e se relacionam diariamente. É extremamente pertinente e importante abordar esse assunto em profundidade. Vamos examinar com atenção e seriedade o cenário educacional da Bahia, que se revela bastante complexo e multifacetado.

Com o propósito de contextualizar uma aula de Iniciação Científica com a abordagem na Lei 10.639/2003, os alunos foram estimulados a selecionar artigos para discussão em sala de aula, com a finalidade de criar argumentos para abordar o protagonismo juvenil e o lugar do estudante negro dentro das relações étnico-raciais e permitir uma tomada para conscientização sobre as questões relacionadas à identidade negra. O conteúdo traz à tona de como essa cultura está correlacionada a todas as áreas do conhecimento do Ensino Médio.

Segundo Santos (2019), temos em potência mídias interativas e aprendizagem colaborativa para além da autoaprendizagem e da mídia de massa. Já podemos aprender com o outro mediado por tecnologias que permitem de fato que esses “outros” se encontrem.

Os estudantes negros enfrentam diversos desafios cotidianos, como o racismo estrutural, que se encontra amplamente presente nas instituições educacionais, tornando o ambiente de aprendizagem muitas vezes hostil. Esses jovens lidam com estereótipos prejudiciais disseminados pela sociedade ao longo do tempo, e a carência de materiais didáticos que representem de maneira adequada e justa a diversidade étnico-racial é alarmante. Essas questões não são superficiais, pois contribuem para uma compreensão mais aprofundada do tema da intermediação tecnológica, a qual é crucial para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade.

3 Considerações Finais

Para promover os conteúdos de forma a evidenciar o protagonismo juvenil, faz-se necessário para que, os estudantes criem novas referências a partir de produções artísticas, intelectual e social, que auxiliarão no questionamento sistemático e repertório incrementado permitindo a ampliação da imaginação e o desenvolvimento de um pensamento crítico.

É fundamental que este debate prossiga de maneira ampla e abrangente, englobando todas as vozes e assegurando que as opiniões dos jovens sejam sempre ouvidas, respeitadas e valorizadas em sua totalidade. Isso é imprescindível para a realização de uma autêntica e efetiva transformação social que leve em consideração as particularidades e necessidades de cada indivíduo.

Referências

EDUFPI, 2019. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MORAES, RAFAELA RAMOS DE. **Trilhos da Alfabetização: por uma educação antirracista** (Maranhão) / FGV DPGE. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. 80 p.

Pinheiro, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista [livro eletrônico]**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

Santos, Edmáea. **Pesquisa-formação na cibercultura / Edmáea Santos**. – Teresina: EDUFPI, 2019.